

China: direitos humanos ou comerciais?

JOANNA WESCHLER

A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, o corpo mais prestigiado de defesa dos direitos humanos, vai estar reunida em Genebra nas próximas semanas. Entre outros assuntos, vai considerar uma resolução crucial sobre a China. Participante da reunião, o Brasil vai estar em uma posição de influenciar o resultado do que poderá ser um voto histórico — o de decretar, pela primeira vez, uma medida que vise a julgar o Governo chinês por incontáveis violações às normas internacionais de direitos humanos.

Mais de seis anos após o brutal massacre na Praça da Paz, a China continua tendo um dos governos mais repressores do mundo. Ao adotar a reforma econômica, Pequim impôs severas restrições à liberdade de associação e de expressão. Reforçou o controle sobre dissidências políticas e oprimiu tentativas por parte de trabalhadores, ativistas religiosos, intelectuais, estudantes e outros de exercerem pacificamente seus direitos. Em resposta a relatórios denunciando a alta taxa de mortalidade nos orfanatos, o Governo lançou uma caça às bruxas contra aqueles que expuseram os abusos. Entretanto, com seu imenso e extremamente atraente mercado para o comércio e os investimentos estrangeiros, os líderes chineses parecem estar certos de que podem escapar até mesmo às mais suaves críticas internacionais por violações dos direitos humanos. Por exemplo, na ocasião da viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso a Pequim, em dezembro passado, o Governo chinês não se conteve em sentenciar o líder dissidente Wei Jingsheng a uma pena de 14 anos, alegando uma tentativa de derrubar o Governo, apesar de o país estar recebendo a visita de um líder de uma nação democrática. Entre os supostos crimes cometidos por Wei, de acordo com o Governo, estariam a sua insistência em defender a reforma política e o cumprimento da lei, além de seus planos de ajudar as vítimas do massacre de 4 de junho de 1989. Wei está sendo mantido em confinamento solitário, enquanto sua saúde está se deteriorando.

No Tibete, o Governo chinês interveio em assuntos religiosos ao ignorar a escolha do Dalai Lama para um novo *panchen lama* e impor seu próprio candidato. O menino de 6 anos selecionado pelo Dalai Lama desapareceu junto com sua família e o abade que liderou o comitê da seleção original foi preso juntamente com outras 48 pessoas.

Ao longo deste ano, a China usou acusações criminais forjadas para condenar

ativistas sindicais e políticos e sentenciou outros administrativamente para uma "reeducação através do trabalho", um processo que a ONU caracterizou como inherentemente arbitrário. Novas restrições foram impostas sobre a mídia, sobre as comunicações comerciais e sobre atividades religiosas fora do controle das Igrejas oficiais. O Governo chinês interferiu também em processos da 4ª Conferência das Nações Unidas sobre Mulheres e do fórum paralelo de ONGs, pressionando as Nações Unidas a negar credenciais a alguns grupos e dificultando o trabalho dos jornalistas, interrompendo reuniões de ONGs e procurando impor limites a demonstrações pacíficas de de-

legados. Apesar de seu atroz recorde de abusos contra os direitos humanos, a China escapou à condenação por suas violações flagrantes. A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas tem tentado há anos, mas sem sucesso, proferir uma resolução. No passado, em casos como os das ditaduras do Chile e da Argentina, por exemplo, a ONU criou mecanismos para documentar abusos e para gerar pressões para as mudanças do sistema de governo. Ex-Iugoslávia, Birmânia, Ruanda ou Burundi têm estado sob constante observação da Comissão. No entanto, se um país grande e poderoso como a China não é também considerado responsável perante as normas interna-

cioais de comportamento, isso não só enfraquece seriamente a credibilidade e eficiência da ONU, mas também ofende o mais básico senso de justiça e integridade.

Em um documento publicado recentemente, cujo objetivo era influenciar a ação da comissão das Nações Unidas, Pequim argumenta que, nos últimos quatro anos, "a causa dos direitos humanos na China tem visto um novo progresso". Outros governos, porém, não deveriam ser manipulados pela polêmica, nem enganados pelas reformas legais, que na maioria das vezes maquiam a situação. A votação em Genebra vai mandar um sinal claro de que o desenvolvimento econômico tem

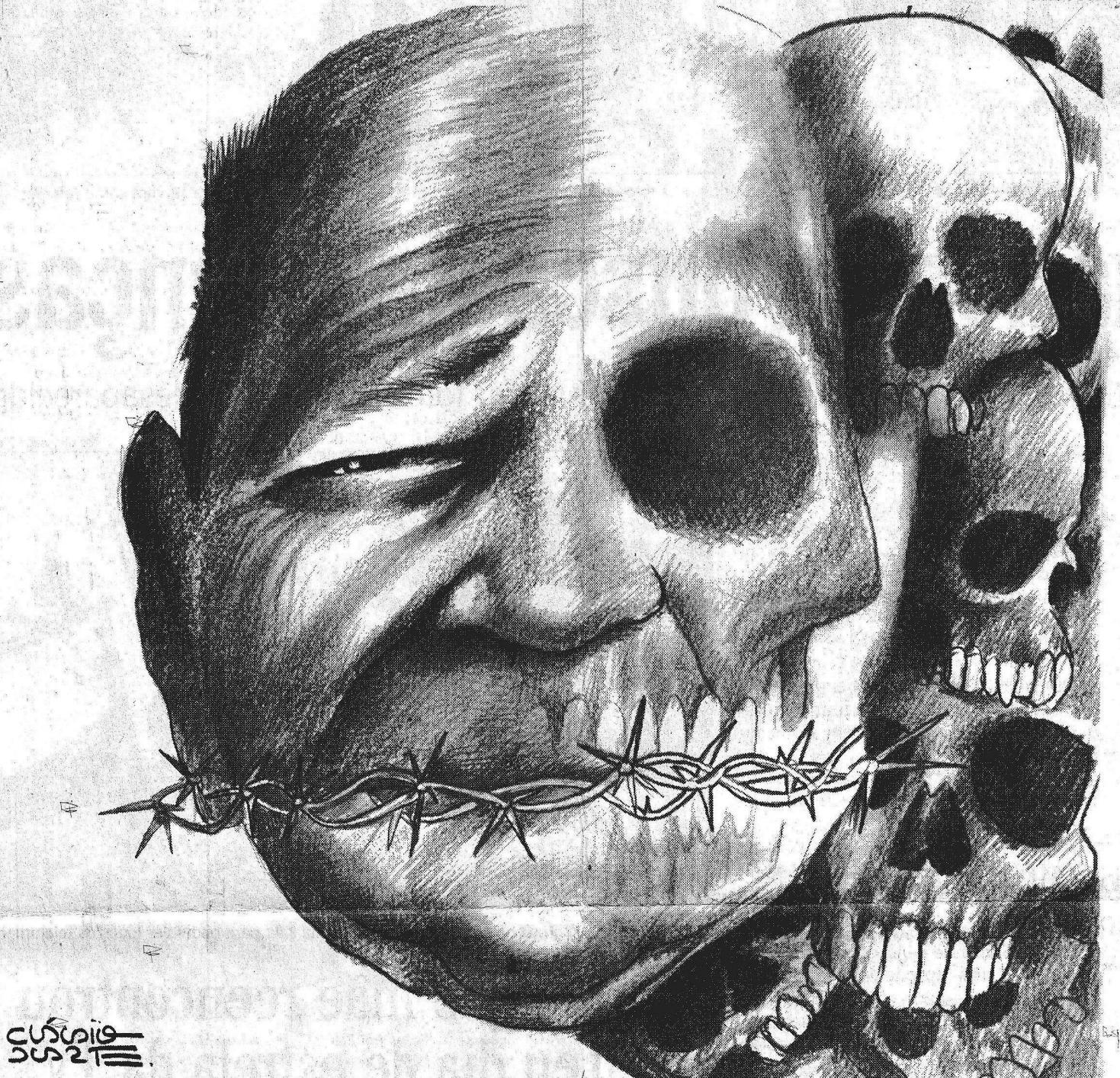
Cláudio Duarte

que ser acompanhado da proteção dos direitos básicos e das liberdades fundamentais. O respeito ao cumprimento da lei é um ingrediente essencial para um desenvolvimento sustentável, assim como para a emergência da China como um parceiro comercial de confiança.

Durante a ditadura militar, o Brasil experimentou anos de repressão e abusos contra os direitos humanos. Os cidadãos brasileiros — melhor do que qualquer povo em outros lugares do mundo — podem apreciar a importância da solidariedade e do apoio internacional para aqueles cujos direitos são violados. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso teve a oportunidade de receber essa solidariedade internacional em seu exílio político em diversos países.

Mesmo com os transtornos causados na área indígena, como o Decreto 1.775/96, o Governo de Fernando Henrique Cardoso vem implementando mudanças significativas na área de direitos humanos no país, tais como a criação de um Plano Nacional de Direitos Humanos, a lei de indenização para as famílias dos desaparecidos políticos e projetos de lei, como aquele que visa a modificar a competência da Justiça Militar. No Dia Internacional da Mulher, comemorado na semana retrasada, o Governo lançou uma série de medidas para garantir os direitos das mulheres nas áreas de educação, saúde e trabalho. Entre elas, estão os programas de prevenção e combate à violência sexual e de prevenção aos cânceres de colo do útero e de mama. Tem sido clara a intenção do Governo federal de melhorar a situação dos direitos humanos no país, apesar de uma falta de sintonia com alguns governos estaduais e locais, que insistem em manter uma política de direitos humanos com ranço de repressão.

Em nações verdadeiramente democráticas, a defesa dos direitos humanos é um assunto tanto nacional quanto internacional. Seria oportuna a inclusão de ações externas, também, no Plano Nacional de Direitos Humanos, em elaboração pelo Governo federal. A partir de agora, o Brasil deveria estender a solidariedade recebida durante o período da ditadura ao povo da China e urgir que o Governo vote a favor da resolução de condenar os abusos contra os direitos humanos na China durante a sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.



JOANNA WESCHLER é jornalista, representante da Human Rights Watch nas Nações Unidas e autora do relatório da Americas Watch (agora Human Rights Watch/Americas) sobre a chacina na Casa de Detenção de São Paulo, ocorrida em outubro de 1992.